



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

Aos 15 dias do mês de Dezembro de 2011, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 11 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das actas n.ºs 34/XII, 35/XII, 36/XII e 37/XII (reunião de 30 de Novembro e de 2 e 7 de Dezembro de 2011)

2. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo às orientações para as infra-estruturas energéticas transeuropeias e que revoga a Decisão n.º 1364/2006/CE [COM(2011)658]

Relator: Deputado Paulo Campos (PS)

3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a orientações para as redes transeuropeias de telecomunicações e que revoga a Decisão n.º 1336/97/CE [COM(2011)657]

Relator: Deputado Adriano Rafael Moreira (PSD)

4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição do Sr. Ministro da Economia e Emprego sobre a Comissão Permanente de Contrapartidas

5. Votação do documento final sobre a criação de Grupos de Trabalho

6. Apresentação e discussão do Projecto de Resolução n.º 134/XII/1.ª (PSD, CDS-PP) – Recomenda ao Governo a alteração de normas do Decreto-Lei n.º 61/2011, de 6 de Maio

7. Petição n.º 65/XII/1.ª – Sobre as privatizações no sector empresarial do Estado e o ataque à Administração Pública

- Apreciação e votação da nota de admissibilidade
- Nomeação de relator (cabe ao PS)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 41/XII/ 1.^a SL

8. Apreciação e votação do requerimento do PCP para realizar um conjunto de audições sobre as alterações na rede de transportes na Área Metropolitana de Lisboa

9. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para audição do Sr. Ministro da Economia e Emprego para prestar esclarecimentos sobre a suspensão do investimento previsto pela Nissan

10. Outros assuntos

Antes de iniciada a ordem do dia, o Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) usou da palavra para questionar a razão pela qual não constava da ordem do dia a Apreciação Parlamentar n.º 1/XII/1.^a (PCP), que versa a mesma matéria do Projecto de Resolução n.º 134/XII/1.^a (PSD), cuja discussão consta do ponto 6 da ordem do dia.

O Senhor Presidente da Comissão respondeu que, efectivamente, fazia sentido que as duas iniciativas fossem discutidas em simultâneo, pelo que sugeriu dar um prazo para apresentação de propostas no âmbito da Apreciação Parlamentar n.º 1/XII/1.^a, de modo a esta poder ser apreciada na reunião ordinária da semana seguinte, e que o PSD concordasse em adiar por uma semana a discussão do seu Projecto de Resolução n.º 134/XII/1.^a.

1. Apreciação e votação das actas n.ºs 34/XII, 35/XII, 36/XII e 37/XII (reunião de 30 de Novembro e de 2 e 7 de Dezembro de 2011)

De seguida, foram as actas n.ºs 34/XII, 35/XII, 36/XII e 37/XII, relativas às reuniões de 30 de Novembro e de 2 e 7 de Dezembro, aprovadas por unanimidade, registando-se as ausências do BE e do PEV.

2. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo às orientações para as infra-estruturas energéticas transeuropeias e que revoga a Decisão n.º 1364/2006/CE [COM(2011)658]

Relator: Deputado Paulo Campos (PS)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

Pelo Senhor Deputado Paulo Campos (PS) foi apresentado de forma sucinta o parecer sobre a COM(2011)658.

Usou da palavra o Senhor Deputado Luís Leite Ramos (PSD), para cumprimentar o autor do parecer e informar que o seu grupo parlamentar se revê no parecer.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado, com votos a favor do PS, do PSD e do CDS-PP e votos contra do PCP.

3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a orientações para as redes transeuropeias de telecomunicações e que revoga a Decisão n.º 1336/97/CE [COM(2011)657]

Relator: Deputado Adriano Rafael Moreira (PSD)

De seguida, o Senhor Deputado Adriano Rafael Moreira (PSD) apresentou o parecer sobre a COM(2011)657.

O Senhor Deputado Duarte Cordeiro (PS) interveio para cumprimentar o autor do parecer e concordar com os seus termos.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado, com votos a favor do PS, do PSD e do CDS-PP e votos contra do PCP.

4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição do Sr. Ministro da Economia e Emprego sobre a Comissão Permanente de Contrapartidas

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) que afirmou nada mais ter a acrescentar à apresentação que tinha feito deste requerimento na reunião ordinária anterior.

Pelo Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) referiu que o seu grupo parlamentar defende a informação e transparência, mas rejeita exageros no uso destes expedientes regimentais para conseguir informação para um grupo parlamentar, o que parece ser o caso. De todo o modo,



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

considerou, este assunto também não é tão urgente como outros já apreciados na Comissão e a propósito dos quais o seu grupo parlamentar viabilizou audiências.

Por sua vez, o Senhor Deputado Basílio Horta (PS) informou que o seu grupo parlamentar votaria a favor do requerimento. Referiu que a Comissão Permanente de Contrapartidas é uma nebulosa, que por ela passaram vários negócios importantes para o país e nenhum deles foi transparente nem se percebeu o que o país ganhou com eles. Considerou que seria interessante ouvir o Senhor Ministro sobre o assunto, nomeadamente sobre o acompanhamento desta matéria bem como sobre o facto de haver contrapartidas que não o são, porque acabam por implicar um preço maior para os negócios que se efectuam. Concluiu defendendo que o funcionamento da Comissão Permanente das Contrapartidas até mereceria um inquérito parlamentar.

O Senhor Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP) expressou concordância com as afirmações do Deputado Nuno Matias e sugeriu que este requerimento poderia ser debatido em conjunto com o do ponto 9 da ordem do dia, que tem também por finalidade ouvir o Senhor Ministro da Economia e do Emprego. A esta última parte da intervenção respondeu o Senhor Presidente que não se devia seguir esse procedimento, uma vez que os assuntos em causa e os requerentes não são os mesmos. Retorquiu o orador que o que pretendia era conciliar as duas audições.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP), para lembrar que o que está em causa são dinheiros de negócios do Estado português, de compra de material de guerra e a realização de contrapartidas de cerca de 2600M€, tendo considerado que tal é suficiente para se defender que se trata de um assunto urgente. Lembrou ainda que o Governo anunciou o fim da Comissão Permanente de Contrapartidas, na reformulação da lei orgânica do Ministério da Economia e do Emprego, por isso não se sabe sequer se alguém está a acompanhar esta questão. Finalmente, recordou o grupo de trabalho sobre a matéria que existiu na X Legislatura e a audição que foi feita, na XI Legislatura, desta entidade, e concluiu que aceita ouvir um Secretário de Estado, em vez do Ministro, desde que aquele esteja em condições de esclarecer a situação, mas a audição deve ser de alguém ao nível do Governo.

O Senhor Deputado Basílio Horta (PS) propôs então ao PCP a reformulação do seu requerimento, substituindo a audição do Ministro pela dos dois últimos Presidentes da Comissão Permanente de Contrapartidas.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

Respondeu o proponente que, em seu entender, o que seria normal era ouvir o Governo, porque neste momento nem se sabe qual o acompanhamento que o Governo está a fazer a este dossier. Não se opõe à audição dos Presidentes da Comissão Permanente de Contrapartidas, mas o importante é saber o que está a ser feito pelo Governo.

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) informou que o seu grupo parlamentar acolheria a reformulação proposta, porque assim estar-se-ia a procurar a informação junto da entidade actuante nesta matéria.

Submetido à votação, foi o requerimento apresentado pelo PCP rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE.

De seguida, o Senhor Presidente submeteu à votação o requerimento oral, apresentado pelo PS, para audição dos dois Presidentes da Comissão Permanente de Contrapartidas, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

5. Votação do documento final sobre a criação de Grupos de Trabalho

O Senhor Presidente colocou à consideração dos Senhores Deputados o documento final sobre a criação de grupos de trabalho. Não havendo qualquer sugestão de alteração, colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

6. Apresentação e discussão do Projecto de Resolução n.º 134/XII/1.ª (PSD, CDS-PP) – Recomenda ao Governo a alteração de normas do Decreto-Lei n.º 61/2011, de 6 de Maio

Em conformidade com o discutido antes de se iniciar a ordem do dia, este ponto foi adiado para a reunião ordinária seguinte.

7. Petição n.º 65/XII/1.ª – Sobre as privatizações no sector empresarial do Estado e o ataque à Administração Pública

- **Apreciação e votação da nota de admissibilidade**
- **Nomeação de relator (cabe ao PS)**



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

Submetida à votação, foi a nota de admissibilidade aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Pelo Grupo Parlamentar do PS foi indicado o Deputado Rui Paulo Figueiredo para elaborar o relatório sobre esta petição.

8. Apreciação e votação do requerimento do PCP para realizar um conjunto de audições sobre as alterações na rede de transportes na Área Metropolitana de Lisboa

O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) apresentou o requerimento, lembrando que o estudo anunciado já é mais do que um estudo, uma vez que algumas das medidas que propõe já estão a ser implementadas, mesmo antes de o Governo se pronunciar sobre ele.

Pela Senhora Deputada Catarina Martins (BE) foi requerido que o Senhor Presidente solicitasse ao Governo o relatório apresentado pelo grupo de trabalho criado para estudar a reestruturação dos transportes na Área Metropolitana de Lisboa, porque este seria um instrumento de trabalho importante para todos os Deputados da Comissão.

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) informou que o seu grupo parlamentar ia votar favoravelmente o requerimento. Defendeu que tudo o que se refere ao denominado plano estratégico de transportes deveria ser acompanhado muito de perto pela Assembleia da República. Referiu a existência de versões diferentes do mesmo documento e o facto de o seu grupo parlamentar também já ter feito um requerimento ao Governo a solicitar a versão final do documento. Finalmente, considerou pertinentes as audições propostas.

Por sua vez, o Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD) considerou não ser oportuno realizar as audições nesta fase do processo. Lembrou que o Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações já se tinha disponibilizado a vir à Comissão quando o documento tivesse a sua versão final. Defendeu que a audição do Governo sobre a matéria deve ser feita no *timing* certo, quando o documento estiver consolidado.

Pelo Senhor Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP) foi reiterada a sua posição anterior de que não faz sentido fazer audições no presente momento.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS), para considerar ridículo que o Secretário de Estado e o Ministro ponham a circular um documento, que é do conhecimento de todas as câmaras municipais e juntas de freguesia, mas depois não responda a requerimento dos Deputados a solicitar esse documento. Reiterou que há propostas desse documento que já estão a ser implementadas pela CP.

Respondeu o Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD) para reiterar que o Governo está disponível a vir à Comissão quando tiver uma posição sobre a matéria e para lembrar que o Governo tem sido exemplar no cumprimento dos prazos de resposta a perguntas e requerimentos.

Pelo Senhor Deputado Paulo Campos (PS) foi reiterado o pedido de informação feito pela Deputada Catarina Martins e solicitada insistência junto do Governo para responder a um pedido de informação anterior relacionado com documentação sobre as ex-SCUT.

Para concluir o debate, o Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) chamou a atenção para o facto de as respostas dadas pelo Governo, ainda que dentro do prazo, são apenas formais, não se pronunciando sobre as questões centrais. Recordou que o assunto objecto deste requerimento foi discutido na Comissão pela última vez em 4 de Novembro e nessa altura tudo se encontrava ainda no plano teórico, mas desde 8 de Dezembro que há alterações de facto consumadas pela CP no serviço que presta, pelo que não acredita que a CP esteja agora a fazer alterações avulsas ao seu serviço para em breve fazer novas alterações em função do estudo encomendado pelo Governo. Tal não faz sentido, pelo que, rematou, ter-se-á de concluir que estas alterações têm o beneplácito do Governo.

Submetido à votação, foi o requerimento rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE.

9. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para audição do Sr. Ministro da Economia e Emprego para prestar esclarecimentos sobre a suspensão do investimento previsto pela Nissan

O Senhor Deputado Basílio Horta (PS) apresentou o requerimento, referindo que esta audição vale pelo caso concreto e pelo símbolo que esse caso representa, uma vez que este investimento se inseriu na estratégia do anterior Governo de em redor da mobilidade eléctrica criar um cluster na economia nacional. Fez também referência ao memorando de entendimento



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

que tinha sido assinado entre o Governo e a Nissan, e as diversas medidas que nele constavam, e considerou essencial saber quais os verdadeiros motivos para o anúncio da Nissan de desistir deste investimento. Apresentou a disponibilidade do seu partido para, se o Governo o entender necessário, contribuir para a procura de uma solução junto da Nissan, pois considera que, na actual conjuntura, com a dificuldade que existe em atrair investimento estrangeiro, devem concertar-se esforços para reter o investimento estrangeiro existente.

O Senhor Deputado Luís Menezes (PSD) referiu que o seu grupo parlamentar via com enorme preocupação a suspensão deste investimento, mas as empresas são livres de tomar as suas decisões. Defendeu que não fazia sentido que a decisão da Nissan tivesse a ver com a nossa política de mobilidade energética. Criticou o ar de festa com que foi anunciado este investimento pelo anterior Governo, que acabou por não se concretizar, e achou importante que o Senhor Ministro da Economia e do Emprego pudesse vir à Comissão explicar o que se passou. Solicitou ainda que na audição fosse também incluído o assunto da assinatura dos contratos com a Embraer para o Programa KC-390.

Também o Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) concordou com a necessidade de esta situação ser explicada e lembrou que o seu grupo parlamentar expressou as suas dúvidas sobre este negócio em devido tempo. Considerou que a liberdade de decisão das empresas, enquanto capital privado, deveria fazer os decisores reflectir bem nas consequências de entregar ao capital privado estrangeiro empresas chave do nosso país, através das privatizações. Informou também que o for aprovada a audição, aproveitará para questionar o Senhor Ministro sobre as contrapartidas deste negócio.

O Senhor Deputado Basílio Horta (PS) tornou a usar da palavra para defender que se deve fazer cerimónias públicas quando são acordados estes investimentos, porque isso também dá eco de Portugal no estrangeiro. No que toca ao contrato com a Embraer, considerou dos mais importantes que o país fez e deu conta das circunstâncias que permitiram a sua conclusão, nomeadamente em termos de formação de pessoal especializado para trabalhar na Embraer em Portugal.

Usou ainda da palavra o Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD) para informar que, na audição, o seu grupo parlamentar questionará o Senhor Ministro sobre o negócio com a Embraer.

Submetido à votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

10. Outros assuntos

Neste ponto da ordem do dia, usou da palavra o Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) para criticar a forma como decorreu a audição do Senhor Secretário de Estado da Energia na terça-feira anterior, devido à sua extensão, tendo defendido que se deveria ter começado pela audição relacionada com o requerimento do PCP. Referiu também a criação, na Comissão de Segurança Social e Trabalho, de um grupo de trabalho para apreciar a iniciativa legislativa sobre a economia social e questionou por que razão a mesma não tinha baixado à CEOP.

Respondeu o Senhor Presidente que as diligências para a audição do Secretário de Estado na sequência do Conselho Europeu sobre Energia tinham sido iniciadas antes da aprovação na Comissão do requerimento do PCP para a sua audição sobre a co-geração. Quanto à questão da iniciativa da economia social, referiu que iria averiguar, mas acreditava que a mesma tinha baixado à 10.ª Comissão por se debruçar essencialmente sobre o papel das IPSS; no entanto, há sempre a possibilidade de Deputados desta Comissão integrarem esse grupo de trabalho.

De seguida, o Senhor Presidente informou que deveria ser indicado relator para o P JL 106/XII (PEV), tendo sido indicado o Senhor Deputado Pedro Roque (PSD), e para a PPL 35/XII (GOV), tendo sido indicado o Senhor Deputado Fernando Jesus (PS).

Por fim, o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) questionou sobre quando se realizaria a apreciação na especialidade da PPL 35/XII, tendo o Senhor Presidente respondido que tal seria feito em Janeiro.

A reunião foi encerrada às 11:05 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 Dezembro 2011.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Agostinho Lopes
Catarina Martins
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Cordeiro
Eduardo Teixeira
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
João Paulo Viegas
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Luís Menezes
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Saraiva
Rui Paulo Figueiredo
Afonso Oliveira
Basílio Horta
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Paula Vitorino
Carina Oliveira
Fernando Jesus
Heloísa Apolónia
Hortense Martins
Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: